



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo nº: **1003200-61.2014.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Planos de Saúde**  
 Requerente: **LIGIA DULCINÉIA BERTUGA FRAGOSO COIMBRA**  
 Requeridas: **ESCOLA DOM QUINTAL e UNIMED SÃO CARLOS - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA**

Prioridade Idoso  
Justiça Gratuita

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

**LIGIA DULCINÉIA BERTUGA FRAGOSO COIMBRA** move ação em face de **ESCOLA DOM QUINTAL e UNIMED SÃO CARLOS - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA**, dizendo que tem 82 anos, é portadora do câncer, trabalhou para a ré Escola Dom Quintal por vários anos e gozava de convênio médico empresarial na ré Unimed, cuja participação pecuniária da autora era descontada de sua folha de pagamento. Ao atingir 70 anos de idade, deu-se a ruptura de seu contrato de trabalho, mas sua ex-empregadora ofereceu-lhe a manutenção do plano de saúde, o que foi aceito pela autora, tanto que passou a depositar mensalmente o valor correspondente à mensalidade do plano de saúde, o que era feito em conta bancária da sócia da escola-ré. Depois de 12 anos vivenciando essa situação jurídica, recebeu da Unimed comunicado de que o plano de saúde foi rescindido desde maio/14. Como tem diversos problemas de saúde, entendeu que não pode ficar sem o atendimento médico-hospitalar decorrente do plano que até agora foi pago. Pede a condenação das rés para que seja mantida no plano de saúde, com a obrigação de pagar a mensalidade no valor correspondente ao plano empresarial, que é de R\$ 239,00, além de condenar as rés ao pagamento de honorários advocatícios e custas.

As rés contestaram, sendo que a Unimed sustentou ser parte ilegítima para responder aos termos desta demanda, porquanto a cessação do plano de saúde mantido pela autora decorre da conduta alheia tanto ao contrato celebrado com a empresa quanto em afronta à legislação atinente aos planos de saúde coletivos. A autora deixou de ser empregada da corrê Escola Dom Quintal assim que completou 70 anos de idade, mas esta deixou de lhe comunicar



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

sobre esse desligamento, sonegação essa que não beneficia a autora e a outra corré. Esta reconhece a irregularidade contratual consistente na manutenção do plano de saúde referido nos autos. A autora nunca procurou a Unimed para se informar sobre os motivos que a levaram a efetuar o suposto pagamento do plano de saúde mediante depósito na conta corrente da corré Escola Dom Quintal. A autora subscreveu termo de exclusão de beneficiário, onde confirmou ausência de vínculo empregatício com a outra corré, datado de 14.04.2014. A autora não agiu com a boa-fé objetiva, requisito indispensável. A autora e a outra corré atuaram em conluio para a manutenção do plano de saúde, mediante a sonegação de que o contrato de trabalho havia se rompido; a autora não pode beneficiar-se da própria torpeza; não há nos autos comprovante de que a autora está acometida de doenças graves e submetida a tratamento de ordem contínuo. A própria autora reconheceu não ter vínculo com a outra corré e solicitou sua exclusão do plano de saúde. Improcede a demanda.

A corré Escola Dom Quintal Ltda. ME contestou às fls. 205/208 dizendo que é parte ilegítima para responder aos termos da ação. Manteve a autora por 12 anos, depois da ruptura do contrato de trabalho, no plano de saúde Unimed. A exclusão da autora deu-se por iniciativa da Unimed sob o pretexto de ocorrência de fraude. Jamais agiu de má-fé ou com intenção de fraudar. Manteve a autora no plano tendo em vista sua avançada idade. As mensalidades devidas à Unimed sempre foram pagas pontualmente. Improcede a demanda.

Na audiência de fl. 325, colheu-se a prova oral (fls. 326/327) e as partes, em memoriais, reiteraram seus anteriores pronunciamentos. O MP manifestou-se pela procedência da ação.

É o relatório. Fundamento e decido.

Ambas as corrés são partes legítimas para responderem aos termos da inicial. A corré Escola Dom Quintal Ltda. ME foi quem sustentou o aparente vínculo empregatício para assegurar a continuidade da autora no plano de saúde empresarial que contratara com a corré Unimed. Evidente que o pedido dirigido em face desta é o de assegurar à autora a continuidade da relação contratual, cujo valor da mensalidade deverá ser o decorrente do plano de saúde empresarial. Afasto as preliminares.

Incontroverso que a autora, depois de trabalhar durante muitos anos para a corré Escola Dom Quintal Ltda. ME, teve rompido seu contrato de trabalho quando completou 70 anos



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

de idade. Acontece que a corré Unimed tinha os dados da qualificação pessoal da autora, incluindo a data de seu nascimento, e podia ter diligenciado, desde o princípio, para conferir se o vínculo empregatício entre aquelas subsistia ou não. Como a Unimed vinha recebendo mensalmente o valor do plano de saúde empresarial sustentado em boa parte pela empregadora corré, incluindo a outra parte dos empregados, acomodou-se com a regularidade dos pagamentos e não saiu de sua zona de conforto para efetivar aquela constatação. Os anos se passaram e, agora, 12 anos depois, a corré Unimed constatou que a autora havia se desligado daquela empregadora e tomou a iniciativa de excluí-la dos benefícios do referido plano.

A autora negou ter assinado o documento de fl. 112. Foi além: comunicou a suposta falsidade ideológica à Promotoria de Justiça Criminal, conforme fl. 316. A iniciativa da autora no exercício da pretensão deduzida na inicial é sinal de que, mesmo se tivesse assinado o documento de fl. 112, ainda assim quer que prevaleça a sua real vontade, isto é, poder desfrutar do plano de saúde empresarial, já que, ao longo de mais de uma década, participou ativamente para a sua manutenção. Tem 82 anos de idade, é vulnerável, e o quadro sustentado por sólidos fatos jurídicos lhe dá essa certeza jurídica da imperiosa necessidade de prosseguimento da relação contratual.

A pretensão da autora tem supedâneo no artigo 6º, incisos III, IV, V, artigos 46, 51, incisos I, IV, XV, §§ 1º e 2º, do CDC, e artigo 16, inciso IX, e artigo 31, *caput*, da Lei 9.656/98, tendo, assim, direito na manutenção do plano de saúde, como beneficiária, nas mesmas condições anteriormente asseguradas, sem prejuízo de ter que arcar com o pagamento integral das respectivas mensalidades.

Nessa linha de raciocínio é o entendimento do STJ expresso no v. acórdão proferido no REsp nº 531.370, tendo como Relator o Ministro Raul Araújo, e no v. acórdão do AgRg no AREsp nº 199.714, Relator Ministro Sidnei Beneti e em outros precedentes daquela Corte Superior: REsp 1.078.991, REsp 1.325.554, REsp 1.420.916.

A autora não tem condições de participar do mercado de trabalho e, evidentemente, não teria como participar de plano coletivo de saúde tal qual o celebrado pela sua ex-empregadora e ora corré. O Direito Privado tem tido olhar assertivo favorável aos vulneráveis de modo a reparar as injustiças que são semeadas particularmente quando a pessoa já entra na casa dos 70 anos. A autora já está entrando na "quarta idade" e, mais do que qualquer outro ser humano, a interpretação construtiva fincada no disposto no art. 230, da Constituição Federal, deve favorecê-la na hipótese vertente dos autos, incluindo a situação pacificada pela Súmula 100, do TJSP ("O plano de saúde coletivo teria sido celebrado antes da vigência do CDC e da Lei 9.656/98").



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

Não por outra razão que o TJSP tem precedentes acolhendo o pleito inicial, conforme se vê da Apelação c/ Revisão nº 9159004-42.2008.8.26.0000, j. 09.09.2014, Desembargador Relator César Ciampolini: "Seguro Coletivo de Saúde. Aposentado. Artigo 31, da Lei 9.656/98. O empregado que preenche os requisitos do dispositivo tem o direito de, ao aposentar-se, ser mantido no plano de saúde coletivo, nas mesmas condições e com a mesma cobertura de que desfrutava quando na ativa, desde que arque com o total do prêmio que era recebido pela seguradora. [...]"; Apelação nº 0000941-22.2013.8.26.0445, Desembargador Relator José Joaquim dos Santos; Apelação nº 0004777-37.2012.8.26.0445, Desembargador Relator Viviani Nicolau; Apelação nº 9118310-94.2009.8.26.0000, Desembargador Relator Francisco Loureiro.

A pretensão da autora é procedente, já que a esta se dispõe a pagar o mesmo valor referente ao plano coletivo de saúde firmado pela corré Escola Dom Quintal Ltda. ME em favor da corré Unimed. Evidente que ação improcede em relação àquela corré, pois o contrato prosseguirá em benefício da autora tal como inicialmente celebrado pela sua ex-empregadora e a Unimed, exceção à responsabilidade pelo pagamento da mensalidade que é da atribuição da autora.

**JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a corré Unimed São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico a manter a autora na qualidade de beneficiária do plano coletivo de saúde firmado com a corré Escola Dom Quintal Ltda. ME, devendo a autora pagar, mensalmente, na integralidade (inclusive a cota da ex-empregadora), o valor da mensalidade devida em razão desse plano. Se a ré Unimed descumprir esta comando, sujeitar-se-á à pena de multa diária de R\$ 1.000,00, limitada a 30 dias, mas sem prejuízo deste Juízo adotar medida equivalente prevista na parte final do art. 461, *caput*, do CPC. Condene a ré Unimed a pagar à autora R\$ 1.500,00 de honorários advocatícios, fixados nos termos do § 4º, do art. 20, do CPC, e 50% das custas do processo. **IMPROCEDE** a ação proposta contra a corré Escola Dom Quintal Ltda. ME. Isento a autora de pagar 50% das custas processuais e honorários advocatícios para o patrono dessa corré, pois é hipossuficiente. A autora continua desfrutando do resultado da decisão do TJSP proferida no AI nº 2076350-10.2014.8.26.0000 (fl. 304)

P.R.I.

São Carlos, 17 de setembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**